



IV CUMBRE COOPERATIVA DE LAS AMÉRICAS

Cooperativas: asociatividad para el desarrollo sostenible

14 -18 Noviembre 2016 , Montevideo - Uruguay



Eje 3 CONTRIBUCIÓN DE LAS COOPERATIVAS A LOS OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE

As cooperativas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Rodrigo Gouveia

Rodrigo Gouveia é o Diretor de Política da Aliança Cooperativa Internacional desde Janeiro de 2014. Anteriormente, foi secretário-geral da Euro Coop, a Comunidade Europeia de Cooperativas de Consumo (2006-2013) e trabalha para o movimento cooperativo desde 1997. É formado em Direito pela Universidade de Lisboa, Portugal, e tem uma Pós-graduação em Direito do Consumidor e outra em Regulação Pública da Economia, ambos da Universidade de Coimbra. Foi advogado e professor convidado da Escola Superior de Ciências Empresariais em Setúbal, Portugal. Na sua qualidade de Diretor de Política na Aliança Cooperativa Internacional, ele é responsável pela defesa e representação do movimento cooperativo junto das instituições globais como o G20, a ONU e suas agências.

Sumário

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável apresenta uma oportunidade única para as cooperativas aumentarem a sua visibilidade e influência política. O desenvolvimento sustentável está na génese e é a própria natureza do movimento cooperativo e, como tal, as cooperativas podem dar contributos específicos e substancialmente diferentes de outros tipos de empresas ou organizações para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para isso é necessário adotar estratégias de partilha de experiências, comunicação e influência de forma coordenada e harmonizada para explorar plenamente o potencial deste quadro político global.

1. Introdução

Em Setembro de 2015 a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nela são estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que cobrem vastas áreas desde o emprego decente, passando pela luta contra as alterações climáticas, até aos meios de implementação da própria Agenda. Os 17 ODS são acompanhados de 169 metas e existem cerca de 230 indicadores através dos quais o progresso e eventual cumprimento dos objetivos vai ser relatado e medido. Trata-se, portanto, de uma Agenda ambiciosa que visa transformar o mundo até 2030.

Os ODS vêm substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) que tinham sido aprovados no ano 2000, pela ONU, para um período de 15 anos. Existem duas principais diferenças entre os ODS e os ODM: a primeira é que os ODS cobrem um leque muito maior de assuntos e a segunda, que decorre da primeira, é que eles dizem respeito a todos os países do mundo e não apenas aos países em vias de desenvolvimento. De facto, basta pensar em assuntos como “promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos” (objetivo 8) para perceber que esta Agenda vai muito mais além daquilo que era o tradicional conceito de desenvolvimento internacional que estava ainda na base dos ODM.

Estas duas características dos ODS, que os separam dos ODM, são bastante relevantes para as cooperativas porque independentemente do setor em que estas trabalhem ou do país em que estejam localizadas, qualquer cooperativa pode contribuir para a implementação de um ou mais dos 17 objetivos. A Agenda 2030 traz, por isso, uma visão transformativa que requer a contribuição de todos os agentes políticos, económicos e sociais.

As cooperativas podem ter mais do que um mero papel ativo na implementação da Agenda 2030, como qualquer outro tipo de organização ou empresa. Elas podem ter um papel preponderante. As cooperativas são empresas centradas nas pessoas. Na definição da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), uma cooperativa é “uma associação autónoma de pessoas” cuja existência tem por objetivo “satisfazer as necessidades e aspirações dos seus membros”¹. A génese de uma cooperativa é a identificação de uma necessidade comum. Por essa razão podemos afirmar, servindo-nos das palavras do Secretário-Geral Adjunto da ONU, que “as cooperativas são o mais perto das três primeiras palavras [da Carta das Nações Unidas] ‘Nós os povos’”².

Para além da sua natureza de organizações centradas nas pessoas, as cooperativas são também organizações que atuam de acordo com valores e princípios éticos, globalmente aceites³. A combinação destes dois elementos – centradas nas pessoas e dirigidas por valores e princípios éticos – faz das cooperativas um modelo empresarial ideal para implementar os ODS. O próprio texto da Agenda 2030 reconhece a diversidade do setor privado⁴, incluindo as cooperativas, e o importante papel que têm para a implementar⁵.

Os valores imbuídos nos ODS tais como igualdade, democracia, equidade, solidariedade, estão plenamente alinhados com os valores cooperativos. Por isso, a Agenda 2030 apresenta uma oportunidade única para as cooperativas demonstrarem a sua capacidade transformativa em prol das pessoas e do desenvolvimento sustentável.

¹ Ver a declaração de identidade cooperativa em <http://ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-identity-values-principles>

² Discurso de Jan Eliasson, Secretário-Geral Adjunto das Nações, por ocasião do Dia Internacional das Cooperativas de 2016.

³ Declaração de identidade cooperativas, *supra cit.*

⁴ Durante as negociações da Agenda 2030 a questão sobre se as cooperativas deveriam ser incluídas no setor privado foi levantada mas optou-se por o fazer uma vez que neste contexto se esta a realçar sobretudo a natureza empresarial das cooperativas.

⁵ ref

2. Papel das cooperativas na implementação da Agenda 2030

Sendo as cooperativas, por natureza, organizações idealmente colocadas para implementar os ODS, importa analisar em que áreas a sua atuação é mais relevante e poderá ter mais impacto.

Se a natureza e razão de ser das cooperativas é a satisfação das necessidades e aspirações comuns dos seus membros, podemos afirmar que o cumprimento da sua missão é necessariamente um contributo para o desenvolvimento sustentável. Sabemos por isso que, à partida, as cooperativas irão contribuir em muito para alcançar os ODS.

A Agenda 2030 apresenta uma oportunidade única para o movimento cooperativo. Uma oportunidade para se ultrapassar o síndrome do “gigante invisível”⁶. Uma oportunidade para se coordenar, comunicar e advogar pelo modelo cooperativo de forma harmonizada desde o nível local até ao mundial.

Todas as cooperativas, em todo o mundo, têm interesse e razões acrescidas para atuar neste domínio, não apenas porque é essa a sua missão mas também porque podem alcançar enormes resultados em termos de visibilidade, conhecimento e apoio político para o movimento cooperativo. Porque, tal com a mulher de César, não é suficiente sê-lo, é também preciso parecê-lo. Quanto maior for a visibilidade das cooperativas, mais apoios elas vão conseguir encontrar e mais eficaz será a sua atuação.

Como foi dito, a Agenda 2030 contém 17 objetivos, gerais por natureza, muito abrangentes. Dentro de cada objetivo foram definidas metas mais concretas e alvos específicos num total de 169. Para além disso, o progresso e o eventual alcance desses objetivos e metas vai ser medido através de cerca de 230 indicadores estatísticos.

É importante analisar todos esses objetivos e metas para perceber quais as áreas de atuação em que as cooperativas podem oferecer maiores contributos.

A natureza genérica dos ODS mostra, logo à partida, que é necessário trabalhar a nível mais específico (metas e indicadores) uma vez que, se olharmos apenas para os ODS, chegamos à conclusão que as cooperativas podem contribuir para todos eles. No entanto, para se ser estratégico em termos de comunicação, ação conjunta, coordenação e advocacia, é útil definir um âmbito de ação mais restrito que responda a duas questões essenciais: quais as áreas de ação em que as cooperativas podem ter um contributo específico? Ou, por outro lado, quais as áreas de ação em que as cooperativas podem dar um contributo substancialmente diferente do que outros tipos de empresa e organizações?

⁶ Em muitas ocasiões se ouve dizer que o movimento cooperativo é como um gigante invisível porque apesar do seu tamanho, quantidade e qualidade de iniciativas, continua em larga medida a ser desconhecido.

Em resposta a estas questões, ao nível da ACI, foram definidas quatro áreas de ação que, por sua vez, abrangem diferentes objetivos, metas e indicadores. São elas:

- Melhorar o acesso a bens e serviços essenciais
- Erradicar a pobreza
- Proteger o ambiente
- Construir um sistema alimentar mais sustentável

Vejamos cada uma delas em mais pormenor:

a) Melhorar o acesso a bens e serviços essenciais

As cooperativas, enquanto empresas, são agentes económicos que atuam nos mercados com a finalidade de produzir e/ou fornecer bens e serviços. Desta natureza empresarial decorre que uma das principais áreas de atuação será a melhoria do acesso a bens e serviços essenciais. Uma vez que as cooperativas existem para satisfazer as necessidades dos seus membros, é natural que elas existam, em grande maioria, em setores económicos essenciais como a produção, distribuição e consumo de alimentos, serviços financeiros básicos como poupança e crédito, habitação, saúde e outros.

A contribuição específica das cooperativas nesta área prende-se sobretudo com a democratização do acesso a serviços essenciais. Ao contrário de outros tipos de empresa, as cooperativas organizam o acesso a serviços essenciais de forma a permitir a todos os seus membros e clientes o mesmo tipo de acesso sem discriminações relacionados com a pessoa, o seu estado económico ou o local onde habitam. É por essa razão que as cooperativas atuam mesmo em mercados considerados não lucrativos por outras empresas. Por exemplo, a rede de lojas operada por cooperativas de consumo pode ser vastamente superior ao das empresas privadas por servirem populações com menos recursos e localizações remotas. Outro exemplo é a oferta de crédito agrícola a agricultores que, de outra forma, não teriam acesso.

A esta área de ação estão associados diversos ODS e metas como por exemplo, “até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano” (Objetivo 2, meta 1) ou “atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos” (objetivo 3, meta 8) ou ainda, “até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia” (objetivo 7, meta 1). Estas são, claramente, áreas onde as cooperativas têm uma vasta história e experiência e onde podem dar um contributo específico.

b) Erradicar a pobreza

As cooperativas são mecanismos de autoajuda que permitem aos seus membros tomar o controlo de uma atividade económica para seu próprio benefício, criando assim oportunidades onde o estado ou outras empresas não atuam. A própria criação de oportunidades através de uma cooperativa é, por si mesmo, um forte mecanismo de erradicação da pobreza. Mas, para além disso, as cooperativas têm uma forma única de repartição dos benefícios criados pela sua atividade. São os membros que recebem os dividendos da própria atividade e, portanto, beneficiam duplamente da estrutura cooperativa para criação de riqueza.

Contrariamente a outro tipo de empresas, as cooperativas não são propriedade de investidores e, como tal, não procuram maximizar os lucros para obter o melhor retorno financeiro para o investimento. As cooperativas são propriedades dos membros que utilizam os próprios serviços e, assim, têm como objetivo maximizar o retorno em termos de satisfação de necessidades e os excedentes da atividade económica são, em regra, repartidos de acordo com a utilização dos próprios serviços. Esta característica, que é própria das cooperativas, é uma ferramenta muito importante no combate à pobreza porque, ao contrário de outro tipo de intervenções, sejam elas públicas ou privadas, permite conservar a riqueza nos sítios onde for criada e esses são os sítios onde ela é mais necessária.

A erradicação da pobreza é o objetivo número 1 da Agenda 2030 e, embora esta numeração não tenha sido feita em termos de importância ou prioridade, ela continua a ser uma das peças principais do desenvolvimento sustentável. As cooperativas podem dar inúmeros contributos para a satisfação deste objetivo, desde logo através do aumento da riqueza dos seus próprios membros, por exemplo através do aumento de produção e redução de perdas dos alimentares dos agricultores através de cooperativas agrícolas (objetivo 2, meta 3) mas também através da criação de emprego decente e sustentável (objetivo 8, meta 5) ou da criação de oportunidades de emprego para jovens (objetivo 8, meta 6), entre outros.

c) Proteger o ambiente

Uma das principais características das cooperativas é a sua responsabilidade intergerações que decorre, por um lado, do sétimo princípio cooperativo de “interesse pela comunidade”, onde se refere explicitamente que as cooperativas “trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades” e, por outro lado, do facto de que a propriedade é comum aos membros e, como tal, insuscetível de apropriação individual. Enquanto a cooperativa for cooperativa, nenhum dos membros individualmente se poderá apropriar do património comum. Como tal, ao procurar satisfazer as necessidades comuns dos membros, a cooperativa tem que respeitar o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, incluindo o respeito pelo meio ambiente.

Poderá argumentar-se que, neste caso, não existe uma contribuição que seja específica das cooperativas e que outros tipos de empresas e organizações podem fazer o mesmo. No entanto, se considerarmos a natureza das cooperativas, o facto de que se orientam por valores e princípios éticos, que a sua génese está relacionada com a resolução de desafios comuns, que o carácter mutualístico da propriedade implica uma desafetação de interesses pessoais e que os exemplos históricos mostram que elas sempre estiveram na vanguarda da proteção ambiental, poderemos argumentar que as cooperativas estão em posição de fazer uma grande diferença neste domínio.

Muitos dos ODS estão relacionados com questões ambientais. Em muitas dessas áreas as cooperativas já têm demonstrado que podem trazer soluções inovadoras eficazes. Um desses exemplos é o fornecimento de energia proveniente de fontes renováveis em países como a Alemanha ou o Reino Unido, o que contribui para o objetivo 7, meta 2 “Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global”. Outro exemplo prende-se com a redução do desperdício alimentar, quer ao nível da produção, quer ao nível do consumo, que reflete o objetivo 12, meta 3, de “até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.

d) Construir um sistema alimentar mais sustentável

Esta área de atuação é mais específica para alguns dos setores cooperativos, nomeadamente para as cooperativas que atuam na área da alimentação, cooperativas de produção agrícola, florestais, piscatórias, e de consumo (grosso e retalho). Existem três razões fundamentais porque se decidiu a nível da ACI destacar o setor alimentar como uma das grandes áreas de atuação das cooperativas na implementação dos ODS: a primeira é que a luta contra a fome e a busca da segurança alimentar são conceitos centrais na Agenda 2030; a segunda é que cerca de 40% das cooperativas no mundo trabalham na área da alimentação, de acordo com o Monitor Cooperativo Mundial⁷ e a elas acrescem as cooperativas do setor financeiro que, em muitos casos, são vocacionadas para o crédito agrícola; e, por último, porque a ACI tem uma parceria institucional com a FAO⁸ e este é um dos temas do trabalho conjunto.

Do lado da produção, as cooperativas ajudam os agricultores, especialmente os pequenos, a enfrentar enormes desafios que derivam da sua falta de escala. Unindo-se através de uma cooperativa, os produtores conseguem obter acesso a condições que, de outra forma não teriam, tais como crédito, tecnologia, preços e outras condições contratuais, entre outras. Isto, por sua vez, leva a um potencial aumento de produção quer em quantidade, quer em qualidade.

⁷ www.monitor.coop

⁸ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

Do lado do consumo, ao agregarem a procura, as cooperativas de consumidores conseguem obter melhores condições para os seus membros, seja em termos de melhores preços, qualidade ou sustentabilidade dos produtos alimentares. É preciso lembrar que a cooperativas dos pioneiros de Rochdale, considerada por muitos a primeira cooperativa moderna, nasceu da necessidade dos consumidores lutarem contra a adulteração e falsificação dos alimentos.

Portanto, nesta área, a contribuição específica das cooperativas prende-se, do lado da produção, essencialmente com assegurar a segurança alimentar, acabar com a fome e melhoramento das condições dos produtores, o que vai de encontro a diversos objetivos e metas tal como o objetivo 2, meta 3 de “até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola”. Do lado do consumo, as cooperativas podem ajudar a alcançar objetivos tais como “reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor (...)” (objetivo 12, meta 3) ou “garantir o acesso de todas as pessoas, em articular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano” (objetivo 2, meta 1).

É precisar notar que a identificação destas quatro áreas de atuação não se trata de uma classificação académica, nem se pretende que todas as iniciativas das cooperativas em prol do desenvolvimento sustentável se subsumam a estas categorias. Trata-se sim de uma forma de facilitar a troca de informações entre as cooperativas por um lado e as entidades públicas por outro, através de uma linguagem mais sintetizada e depurada do que os ODS e respetivas metas.

Para as cooperativas é mais fácil compreender os objetivos se estes forem apresentados numa linguagem mais prática e que se relaciona diretamente com o propósito da cooperativa, em vez de uma linguagem técnica e cheia de conceitos que não estão relacionados com a atuação prática das cooperativas. Desta forma é mais fácil motivar e comprometer as cooperativas numa iniciativa global.

Por outro lado, usando este número limitado de áreas de atuação, que detrás contêm os respetivos ODS e metas, trona-se também mais fácil a comunicação com entidades públicas a nível local, nacional e internacional. Desta forma é possível transmitir a mensagem que as cooperativas estão a contribuir de forma específica e/ou diferente do que outro tipo de organizações.

Em suma, é dado adquirido que as cooperativas irão atuar em prol dos ODS e portanto eles podem potencializar a sua atuação fazendo-o num quadro harmonizado a nível global.

3. Estratégias futuras

Nos próximos 15 anos, até 2030, as cooperativas dispõem de um quadro político a nível mundial que lhes proporciona grandes oportunidades. Já vimos que elas irão trabalhar dentro desse quadro porque é essa a sua natureza, mesmo que utilizando uma terminologia diferente, simplesmente pelo facto de cumprirem a sua missão. Importa, portanto, analisar as estratégias necessárias para alcançar esses resultados ambiciosos. Ficam aqui algumas sugestões que poderão ser aprofundadas futuramente.

a) Partilhar experiências

A ACI lançou recentemente a plataforma em linha “Coops for 2030”. Trata-se de um sítio em linha que permite às cooperativas assumirem compromissos nas diferentes áreas de ação que aqui foram identificadas e em relação a diferentes ODS e respetivas metas.

Partilhar as respetivas iniciativas permite agregar informação que é depois mais fácil de partilhar “entre pares” e de comunicar a audiências externas. Quantidade nem sempre significa qualidade mas do ponto de vista da influência, política, é sempre importante demonstrar um vasto alcance seja em termos de população, território ou outros.

Partilhar é também uma forma de aprender com os outros e, por essa via, melhorar as usa próprias iniciativas.

b) Comunicar sucessos

A existência de uma plataforma mundial permite a todas as cooperativas e suas organizações representativas terem acesso a manancial de informação que de outra forma seria difícil de obter. É necessário aproveitar essa informação para comunicar, interna e externamente, os sucessos, a magnitude e a ideia de que se faz pare de algo maior.

De outra perspetiva, esta plataforma da ACI permite “traduzir” em linguagem mais ou menos técnica dependendo do público-alvo, as iniciativas das cooperativas em termos que serão utilizados por governos nacionais para medir o progresso e avaliar os resultados, Comunicar na mesma linguagem, com os mesmo termos, é crucial para obter visibilidade e apoio das autoridades públicas e de outros parceiros.

c) Influenciar políticas

A nível nacional todos os governos irão por certo discutir como implementar a Agenda 2030. Esta discussão pode tomar diferentes formas, com mais ou menos envolvimento de parceiros não governamentais, dependendo do país. As cooperativas devem tentar influenciar estes processos e estar envolvidas, através das suas estruturas representativas ou diretamente.

A plataforma ‘Coops for 2030’ pode ajudar neste esforço como fonte de exemplos do que as cooperativas em diversos países e setores estão fazendo ou se propõem a fazer.

É também aconselhável que a nível nacional e regional⁹ as cooperativas construam um plano estratégico com a definição clara dos objetivos que se pretendem alcançar. Mais uma vez, quanto maior for o apoio político que se conseguir alcançar, mais eficaz será a ação das cooperativas.

d) Criar alianças

A Agenda 2030 reconhece que não será possível alcançar os ODS sem a mobilização de todos os atores da sociedade. Para além disso, será necessária a criação de alianças estratégicas entre diversos tipos de organizações, sejam elas públicas, privadas, cooperativas, educativas, filantrópicas ou outras.

Para as cooperativas é igualmente importante encontrar parcerias com outras organizações, em particular com aquelas que partilham princípios e valores semelhantes tais como organizações de economia social e solidária, movimento de Comércio Justo, e outras. Isto não significa que se deva excluir a possibilidade de parcerias com outros atores como entidades públicas nacionais e internacionais e o setor privado. O importante é que, no processo para alcançá-lo, não se perca a identidade cooperativa.

Por último importa referir que é fundamental que ao nível da empresa cooperativa estas estratégias estejam integradas no plano estratégico da empresa para que elas não se tornem meros acessórios ou instrumentos de comunicação. O desenvolvimento sustentável é e deve continuar a ser a natureza fundamental das cooperativas pois só assim elas poderão cumprir em pleno a sua função de satisfazer as necessidades e aspirações dos seus membros.

Bibliografia e recursos

“Cooperatives in Social Development”, Report of the Secretary General of the UN to the 70th General Assembly; 2015

“Cooperatives: An old idea, but more relevant than ever in today’s world”, Message of the ILO Director General for the 2016 International Day of Cooperatives; 2016

“Cooperatives and the Sustainable Development Goals: A contribution to the post-2015 development debate”, ILO, 2015

“Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development”, UN, 2015

⁹ Ou sub-regional para se agruparem países com semelhantes contextos políticos, económicos, sociais ou culturais.

Documentos de Discusión. IV Cumbre Cooperativa de las Américas
“Cooperativas: Asociatividad para el Desarrollo Sostenible”
14 – 18 de noviembre de 2016, Montevideo -Uruguay

“Agricultural cooperatives: paving the way for food security and rural development”, FAO, 2012

“The role of producer organizations in reducing food loss and waste”, FAO, 2012

“Coops for 2030” platform: www.coopsfor2030.coop

UN Sustainable Development Knowledge Platform: <https://sustainabledevelopment.un.org>

“Secretary-General's Message for 2016”, message of the UN Secretary-General for the 2016 International Day of Cooperatives

World Cooperative Monitor: www.monitor.coop

“Cooperatives and the Millennium Development Goals”, Johnston Birchall, Joint ILO and COPAC publication, 2004

“Cooperatives and Employment - A Global Report”, Roelants, B., Hyungsik, E., Terrasi, E., 2014.